

22.12.88

O Plano Cruzado e o pacto

IGNÁCIO M. RANGEL

44/88

O pacto social, em processo de negociação, pertence à mesma espécie que o Plano Cruzado de há quase três anos. E não vejo por que refazer o juízo que fiz sobre este, antes mesmo de sua "edição", como se pode ver no meu artigo de 5/11/83, nesta mesma Folha, ressaltado à pág. 31 da coluninha "A Tragédia do Cruzado", de 1987. Eu dizia então que a "teoria" — ou que outro nome se lhe dê — da inflação inercial não passava de um mito.

Substantivamente, não vejo diferença entre os dois "planos". É certo que, essencialmente, o primeiro foi um "edito" — típico ato legislativo ditorial; o segundo assumiu a forma de uma negociação democrática, à qual os próprios trabalhadores tiveram acesso. O fundo, porém, é o mesmo: acredita-se que, criada o consenso — por decreto, ou por negociação democrática, pouco importa —, os preços se estabilizarão e, estabilizados estes, a crise, que é econômica e social, no mais alto sentido desses termos, estará superada.

No aludido artigo, eu fui muito duro com meus colegas economistas. Eu os acusei de estar tentando tirar dos próprios ombros, e lançar sobre os ombros dos psicólogos e dos políticos, a responsabilidade pela crise e por sua superação. Infelizmente, não vejo razão para mudar de parecer. Ficamos devendo ao país uma explicação científica da crise, inclusive desse episódio que é a inflação, mesmo que isso seja indigesto e antipático.

E recorro ao que os juristas chamam de "exceção da verdade", isto é: a

inflação não é inercial, porque é função da conjuntura. Quando a conjuntura se eleva — embora isso implique elevação da demanda global do sistema —, a taxa de inflação declina, embora não necessariamente até o nível zero. E vice-versa. Claro está que se o governo emite dinheiro, qualquer que seja a conjuntura, os preços tenderão a subir, mas não é normal que o poder público use arbitrariamente do seu poder emissor. E isso não acontece, embora não nos faltem políticos ineptos, que imaginem que o país se governa através da "maquineta", como eles superficialmente se referem ao poder emissor de dinheiro.

Nossa presente inflação se aproxima dos 2.800% ao ano, não porque a manivela da "maquineta" tenha caído em mãos mais irresponsáveis do que de costume, mas porque na quase um decênio nossa economia está estagnada. Nessa produção industrial — o agregado mais representativo, no caso — apenas baixa o nível de 1980 e, por habitante, declinou severamente. A taxa de inflação eleva-se a níveis sem precedentes, como sem precedentes foi o declínio da conjuntura.

Quando a conjuntura se inverte, retomando-se o crescimento — não obstante isto implicar elevação da demanda global —, a taxa de inflação voltará, como no passado, a declinar. Ora, este é um problema econômico, de política econômica, não um problema de reversão de expectativas das pessoas. Um problema de economia, não de retórica.

Periodicamente, nossa economia

atravessa fases de expansão e de recessão, com reflexos muito regulares sobre o comportamento da moeda. Estamos em período recessivo e é mister que passemos a um período de expansão. Como das outras vezes, a economia nacional polariza-se entre uma área com excesso de capacidade e outra com insuficiência de capacidade, para a demanda já criada. A crise durará até que a poupança ou excedente social que a primeira área pode prover encontre o caminho dos investimentos destinados a romper os pontos de estrangulamento da outra área. Assim tem sido e não há razão para que não o seja mais agora.

Não é com retórica que se resolve esse problema, mas com mudanças institucionais que preparem as áreas estranguladas para receber investimentos e que, facilitando a utilização do potencial ocioso da outra área, desembarace os canais para a transferência dos excedentes resultantes para a área dos estrangulamentos.

Estes se encontram, atualmente, nos chamados serviços de utilidade pública, ora organizados como concessões de serviços públicos a empresas públicas. O direito de concessão deve ser revisto, para facilitar sua conversão em serviços públicos concedidos a empresas privadas. Isto posto, irão surgindo novos problemas subordinados, que poderemos ir formulando e resolvendo, à medida que se apresentarem. Já os podemos ir antecipando, mas cada coisa deve vir ao seu tempo.

IGNÁCIO M. RANGEL, 75 anos, é membro do Conselho Federal de Economia e foi presidente do Conselho Regional de Rio.